

# Inserção da medicina veterinária na história do Brasil

Sérgio José de Oliveira

## RESUMO

Neste artigo, procura-se inserir a Medicina Veterinária no contexto social brasileiro e europeu, desde a fundação da primeira escola na Europa, em 1762, na França. São analisados importantes aspectos, como o panorama no Brasil Colônia, a arte naquela época, culminando com a situação atual da profissão de Médico Veterinário em nosso país.

**Palavras-chave:** Inserção. Cursos de Medicina Veterinária. Médico Veterinário. Europa. Brasil.

## Insertion of the Veterinary Medicine in Brazilian history

### ABSTRACT

In this paper it is intended to show the insertion of Veterinary Medicine in the Brazilian and European social context, since the foundation of the first Veterinary School in France, 1762. Important aspects like life in Brazil colony, art and as culmination the analysis of actual situation of Veterinary profession in this country.

**Keywords:** Insertion. Veterinary Schools. Veterinary Profession. Europe. Brazil.

## INTRODUÇÃO

O Brasil, descoberto no século XVI, ano de 1500, foi colônia de Portugal até 1822, quando se tornou independente. Portanto, o domínio europeu durou 322 anos, período em que o país tentava adquirir gradualmente os conhecimentos já presentes nas nações desenvolvidas da Europa. Com etnia muito heterogênea, compreendendo índios nativos, escravos negros traficados da África e europeus que migraram ao “Novo Mundo”, as cidades (povoados) foram desenvolvendo-se lentamente, com muitas deficiências, pois faltavam profissionais especializados em diversas áreas importantes, especialmente na área da saúde.

Embora já existissem Universidades na Europa desde muito antes do descobrimento do Novo Mundo, a medicina não conseguia explicar nem curar grande parte das doenças, pois não eram conhecidos os microorganismos (bactérias, vírus, fungos), e os tratamentos às doenças eram empíricos. A anestesia por inalação ainda não era conhecida (descoberta somente em 1847, com o uso do éter), e as cirurgias eram evitadas, pois havia muito risco de morte por se desconhecerem os métodos de assepsia e antissepsia em cirurgia

---

Sérgio José de Oliveira – Médico Veterinário com doutorado pela Universidade do Rio Grande do Sul. Docente do Curso de Medicina Veterinária da Universidade Luterana do Brasil de 1998 até 2013.

(descobertos somente em 1863). A falta de profissionais médicos no Brasil devia-se ao fato de que médicos e cirurgiões europeus não desejavam aventurar-se em um país em que havia muita precariedade, pois temiam os riscos para sua sobrevivência. Assim sendo, a medicina no país teve muita influência, inicialmente de indígenas (pajés) e africanos, até o início do século XIX, quando foram criadas as primeiras Escolas de Medicina no Brasil.

Quanto à Medicina Veterinária, as primeiras escolas do mundo foram fundadas apenas em 1762 e 1765, na França, iniciando então a regulamentação da profissão na Europa. O exercício da Medicina Veterinária foi gradualmente introduzido e aceito nos países europeus, surgindo cursos nos diversos centros (importantes cidades) somente a partir dos séculos XVIII e XIX. Durante o período do Brasil Colônia não havia Escola de Veterinária no país, sendo as primeiras fundadas já no regime republicano, no início do século XX.

Considerando todo o contexto de desenvolvimento da humanidade na Europa e no Brasil, incluindo modo de vida, saúde humana, animal e as artes, neste texto procuram-se situar as atividades em saúde humana e animal expondo as dificuldades na época, acompanhando o desenvolvimento gradual da Medicina Veterinária no Brasil e proporcionando uma visão da situação atual.

## **DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA NO BRASIL**

Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, junto com o governador-geral Tomé de Souza, permanecendo no país até 1759, quando foram expulsos. No período em que estiveram aqui, os jesuítas dedicaram-se não só à catequização dos índios como também à educação das crianças e à assistência aos enfermos, atuando principalmente como enfermeiros e boticários (vendedores de medicamentos), mas também como médicos.

No tempo da catequese os jesuítas fizeram intensa campanha para desacreditar os pajés, até substituí-los, conseguindo a confiança dos índios como curadores de doenças. No entanto, os resquícios da arte médica indígena, fundidos com o que restou da arte africana, persistiram entre os curandeiros e pais de santo dos candomblés e dos centros de espiritismo.

Em meados de 1487, a “Santa Inquisição” se estabeleceu em Castela, Espanha. Em consequência, Portugal recebeu, em curto espaço de tempo, milhares de judeus tentando escapar da perseguição religiosa. Desses, em torno de trinta mil se converteram ao catolicismo. Muitos chegaram ao Brasil a partir do século XVI e também praticavam a medicina.

Alguns anos após o descobrimento do Brasil, o médico da tribo era o pajé; ele usava fumigação, danças ritualísticas, etc., tinha conhecimento de muitas plantas medicinais. Os pajés, no entanto, não podiam curar tantas doenças novas trazidas pelos próprios europeus e pelos africanos que aqui chegaram como escravos. Assim os jesuítas adquiriram a confiança dos indígenas, criaram enfermarias onde trataram colonos e índios,

medicaram, usaram a sangria. Os profissionais em medicina atuantes nos séculos XVI e XVII foram denominados “cirurgiões-barbeiros”, que surgiram devido à inexistência de médicos formados, pois os médicos de Portugal não queriam mudar-se para uma terra inóspita como o Brasil daquele tempo. As barbearias possuíam, além de tesoura, pente, etc. (instrumentos do ofício), também sanguessugas para sangria, instrumentos cirúrgicos e odontológicos. Na Europa, os barbeiros-cirurgiões sofreram pressão crescente da classe médica, quando, em 1745, os cirurgiões se separaram dos barbeiros para formar sua representação de classe. Em 1800, foi criada a Escola de Cirurgiões na Europa.

Outros que praticaram a medicina foram os boticários comerciantes de remédios, e era a eles que a população recorria na ausência de médicos ou cirurgiões-barbeiros. A partir do século XVIII apareceram também cirurgiões diplomados na Europa que chegaram ao Brasil, mas os cirurgiões-barbeiros estiveram presentes até o final do século XIX.

Os cirurgiões-barbeiros, além das cirurgias mais comuns na época (amputar, tratar ferimentos e fraturas), ainda faziam sangramentos, aplicavam sanguessugas, extraíam dentes, além de cortarem o cabelo e a barba dos seus clientes. Começavam como aprendizes ou ajudantes dos profissionais mais velhos e, depois de experientes na arte, prestavam exame. Os aprovados recebiam a “carta de cirurgia-barbeiro”, que lhes regularizava a profissão.

Os médicos estudavam em escolas de medicina europeias, como em Coimbra e Salamanca. Havia também os cirurgiões diplomados – formados em outras escolas europeias, como em Montpellier, na França, que aqui chegaram especialmente a partir do século XVIII.

O primeiro hospital brasileiro foi construído em Olinda, em 1540, a Santa Casa de Misericórdia. Três anos depois foi construída a de Santos. A de Salvador foi fundada em 1550.

O uso indiscriminado das sangrias por sanguessuga no Brasil só deixou de ocorrer após a epidemia de febre amarela, em 1850. Foram muitos os doentes que morreram depois de sangrados. Os médicos então não tiveram mais dúvida em considerar esta prática como prejudicial aos seus pacientes.

A partir de 1759, quando foram expulsos os jesuítas, grande parte das suas enfermarias foram transformadas em hospitais militares. Em 1852 foi criado o Hospital Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, o primeiro para prestar atendimento a doentes mentais. Surgiram hospitais da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre (1854), Salvador (1857), Santos (1859) e São Paulo (1859).

Até o início do século XIX, brasileiros que queriam exercer medicina tinham que estudar em Coimbra, ou Salamanca ou Montpellier, escolas na Europa. Em 1808 foi criada a Escola de Cirurgia da Bahia, no hospital militar em Salvador (Bahia). Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, foi criada também em 1808 a segunda Faculdade de Medicina do país. Ambos os cursos eram de 4 anos de duração, com aulas de anatomia e cirurgia. Em 1815 os cursos de medicina passaram a 5 anos e tinham 7 disciplinas. Em 1832, foram transformadas em Faculdades de Medicina, com 6 anos de duração com

14 disciplinas e os alunos formandos recebiam título de Doutor em Medicina. A terceira faculdade de medicina brasileira foi criada em 1899, em Porto Alegre. No início do século XX surgiram outras: Bahia (1911), São Paulo (1912), Paraná (1912), Pará (1919).

O Instituto Bacteriológico de São Paulo (1893) – que se transformou em 1940 no Instituto Adolfo Lutz, prestou atendimentos a problemas de saúde dos habitantes do Estado de São Paulo, no combate a doenças como febre amarela, febre tifoide, peste, cólera e varíola. Seus laboratórios também se dedicaram à análise e ao controle de qualidade de alimentos, e a partir de 1916 o Instituto iniciou a fabricação de vacinas. O Instituto Soroterápico de Manguinhos foi criado em 1900 tendo como modelo o Instituto Pasteur de Paris e teve o objetivo inicial de solucionar a ameaça de uma epidemia de peste bubônica, sendo sua atribuição fabricar soros e vacinas para substituir os importados.

No Rio Grande do Sul, a medicina foi de muita importância nos quartéis e fortificações, para atendimento de soldados feridos nas guerras. O primeiro hospital militar de que se tem notícia foi o do Forte Jesus Maria e José, em Rio Grande, a primeira cidade do Estado, em 1737; mais dois hospitais militares, nos regimentos de Porto Alegre e Rio Pardo, foram criados em 1739. Nos hospitais era obrigatória a presença de um cirurgião, importante para tratar fraturas e fazer amputações e curativos nos soldados feridos nas batalhas. Nessa época, o cirurgião não era um médico formado, pois não havia faculdades de medicina no país. No ano de 1842, quando pela primeira vez foi usado o éter como anestésico, a Guerra dos Farrapos já estava quase em seu final: ela terminou em 1845, e muitas cirurgias em combatentes eram realizadas com muito sofrimento dos pacientes. No início do século XIX, surgiram no Estado as Santas Casas de Misericórdia, diferente dos hospitais de hoje, pois elas serviam para abrigar os doentes excluídos, que não tinham tratamento em casa ou eram abandonados. Era o lugar para onde se conduziam órfãos, velhos, pobres, escravos e doentes mentais. Os ricos tratavam seus doentes em casa, com a assistência de médicos e enfermeiros particulares. A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre foi fundada em 1826 e é a mais antiga do Estado. Mais tarde foram fundadas as Santas Casas de Rio Grande (1835), Pelotas (1847), São Gabriel (1855), Bagé (1883), Uruguaiana (1901) e Livramento (1903). A Faculdade de Medicina de Porto Alegre começou sua história como instituição privada e foi federalizada em outubro de 1931.

## **PANORAMA GERAL NO BRASIL COLÔNIA**

Desde o século XVI, mais precisamente a partir do descobrimento, no ano de 1500, o Brasil passou a receber imigrantes da Europa, inicialmente portugueses, que procuraram estabelecer seu modo de vida, fundando pequenos núcleos, povoados que hoje são grandes cidades. Com os colonizadores, também foram surgindo doenças que até então não tinham sido constatadas na nova colônia da América.

Quando a corte portuguesa chegou ao Brasil em 1808, o príncipe regente, impressionado com o péssimo estado sanitário da cidade do Rio de Janeiro, ordenou ao “Físico-Mor” que investigasse sobre as causas de tantas doenças e os meios de combatê-las.

A conclusão foi que o ar seria o principal causador de doenças, como era crença também na Europa. A contaminação do ar ocorreria pelas águas estagnadas nos pântanos, com putrefação de matérias orgânicas, gerando gases pestilentos; daí a necessidade de trabalhos de urbanização como aterro de pântanos, encanamento de água, alargamento de ruas. Outro fator de causa das doenças seria o fato de que os mortos eram enterrados sob as igrejas, conforme costume da época, onde os corpos amontoados permaneciam quase a descoberto. Foi proposta então a criação de cemitérios fora da cidade com sepulturas individuais ou de no máximo três corpos. A alimentação foi considerada outra causa das doenças, devido ao mau estado de conservação dos produtos à venda, como carne, peixes, farinhas, vinhos, vinagres e azeites.

O acelerado crescimento demográfico do Rio de Janeiro no século XIX, com a chegada de navios negreiros (repletos de escravos) e portugueses, acarretou problemas graves que não puderam ser controlados pelas medidas sanitárias tomadas e nem pelas condições de desenvolvimento da própria medicina da época.

Embora ampliados os limites urbanos, construídas novas casas de moradia em vários locais, melhorados os sistemas de esgoto e de água potável, ainda faltavam casas para a população, especialmente para os mais pobres. Houve a formação acelerada de cortiços nos locais aterrados à base de lixo, onde se amontoavam numerosas famílias, em construções precárias.

Várias doenças, entre as quais tuberculose e diarreias fatais, eram frequentes, pois a promiscuidade, a sujeira, a contaminação de água e alimentos, etc., proporcionavam a propagação das epidemias.

A mortalidade era maior do que os nascimentos. Somente no século vinte, com as medidas de saneamento instituídas por Oswaldo Cruz, o crescimento natural da população, que era negativo, conseguiu equilibrar-se e tornou-se positivo.

As péssimas condições socioeconômicas e sanitárias da cidade Imperial do Rio de Janeiro foram evidenciadas pelo fato de que 40% a 60% das crianças que nasciam morriam até os 12 meses, e 60% delas não ultrapassavam a faixa etária de 5 anos.

A tuberculose pulmonar foi a doença crônica que causou maior número de óbitos entre os habitantes do Rio de Janeiro naquela época, atingindo em média cerca de 17% de todas as mortes.

Em ordem de frequência, depois da tuberculose, ocorriam disenterias, seguidas de febre, broncopneumonia, tétano, doenças do coração, hepatite, sífilis, elefantíase, sarna e parasitas intestinais. Entre as epidemias, as principais eram varíola, sarampo, febre amarela, cólera, escarlatina, crupe, coqueluche e gripe.

A partir do ano de 1850 a terrível epidemia da febre amarela atingiu o Rio. O aumento da população e a entrada de muitos navios negreiros, as trágicas condições de higiene, o lixo acumulado por toda parte, aumentaram a multiplicação dos mosquitos transmissores e a devastadora propagação da febre amarela.

Apesar de todos os melhoramentos realizados, as medidas foram insuficientes e a febre amarela continuou ocorrendo e causando mortes durante 10 anos.

Outra terrível doença que ficou na história da população da cidade foi o surto de cólera em 1855, a qual, acredita-se, veio da Europa, através de navios britânicos e portugueses. O governo providenciou a distribuição de postos médicos em todas as paróquias da cidade. Doentes eram recolhidos pelas ruas. Foram nomeadas comissões paroquiais para visitar doentes em domicílios, distribuíram-se esmolas conseguidas junto à população. A epidemia espalhou o terror entre todos os habitantes. Ela foi mais violenta nos bairros periféricos, causando morte em operários que trabalhavam na estrada de ferro. A cólera causou maior número de óbitos na população mais pobre (escravos). Os velhos foram duramente atingidos, e quase desapareceram os mendigos das ruas e praças da cidade, vitimados pela doença. A epidemia abrandou somente em maio de 1856.

Em 1868 reapareceu com força a cólera, com a chegada do navio Marcílio Dias vindo da Guerra do Paraguai, provocando 234 mortes na cidade.

Varíola, febre amarela e sarampo continuaram atingindo a população nos anos seguintes, registrando-se em 1878 que a varíola foi responsável por 14,7% das mortes dos habitantes da cidade.

## **ARTE NO BRASIL, SÉCULO XIX**

A população do Brasil, até 1870, foi constituída de um número menor de homens livres brancos, havendo grande quantidade de escravos negros. Talvez por este motivo houve atraso no desenvolvimento das artes, enquanto principalmente a música e pintura já eram muito importantes na Europa desde o século XVI. A discussão racial envolveu as instituições brasileiras de 1870 a 1930.

Alguns pintores vindos da Europa deram início à arte brasileira, sendo os principais Johann Georg Grimm e Edoardo De Martino. Georg Grimm foi talvez o de maior sucesso entre os pintores alemães que se estabeleceram no Brasil, exercendo grande influência na pintura brasileira; surgiram vários alunos talentosos treinados por ele. As aulas eram ao ar livre, onde os alunos eram ensinados a contemplar a natureza no Rio de Janeiro. Edoardo De Martino foi tenente da marinha italiana, da qual desertou. Esteve no Rio Grande do Sul no período de 1868-1869, quando foi encarregado pelo governo brasileiro de retratar os combates que estavam ocorrendo com o Paraguai. Jean Baptiste Debret (1768-1848) chegou ao Brasil com a Missão Artística Francesa. Thomas Ender (1793-1875) era um austríaco que viveu no Brasil. Johann Moritz Rugendas (1802-1858) era um alemão que viajou através do Brasil, produzindo várias pinturas por onde andou. Victor Meirelles de Lima (1832-1903) era brasileiro. Pedro Américo (1843-1905), também brasileiro. João Batista Castagnetto (Giovanni Battista Castagnetto, 1851-1900) era italiano que também pintou no Brasil.

Antônio Francisco Lisboa, apelidado “Aleijadinho” ficou famoso por suas esculturas e entalhes em estilo barroco representando principalmente figuras bíblicas. Viveu entre

1738 e 1814, nascido na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais. Sua obra encontra-se até hoje sendo atração turística na cidade natal e em Sabará, São João Del Rei e Congonhas. O apelido “Aleijadinho” deveu-se ao fato de que ele sofreu de uma doença degenerativa, não identificada, provavelmente lepra, a qual deformou seu corpo, causando também a perda de dedos das mãos. Isto não impediu que ele trabalhasse nas obras, com o auxílio de outras pessoas e até de escravos, que o conduziam e amarravam pincéis ou cinzéis aos seus braços para que fosse possível trabalhar nas obras de arte. Passou os últimos anos sem poder mover-se, deitado em uma cama.

No século XIX surgiram escritores de grande importância à literatura brasileira, sendo mencionados a seguir alguns considerados de maior destaque: Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) – para a crítica literária era o melhor de todos os indianistas (escrevia poemas exaltando os índios). Outro grande escritor brasileiro da época, destacado entre os românticos, também indianista, foi José Martiniano de Alencar (1829-1877). Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1909) foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, seu primeiro presidente; foi romancista, poeta e crítico. Casimiro José Marques de Abreu (1837-1860) foi um dos poetas mais populares, embora tenha vivido apenas 23 anos. Antônio de Castro Alves (1847-1871) foi um poeta muito importante, abolicionista (transmitia nos versos a indignação contra a escravidão); ele também morreu jovem, com apenas 24 anos. Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918) foi o poeta de maior destaque, na opinião dos críticos da época. Rui Barbosa (1849-1923) foi um grande escritor, além de ótimo orador, também abolicionista e republicano, que, por sua excepcional memória era chamado de “biblioteca ambulante”. José Maria Eça de Queiroz (1846-1900), embora tenha nascido em Portugal, teve seus contos literários muito apreciados também no Brasil, pois contribuiu para a reforma do estilo literário de seu tempo.

## **AS PRIMEIRAS ESCOLAS DE VETERINÁRIA NA EUROPA**

A corrida de cavalos foi incentivada no século XVIII, quando o Jockey Club foi inaugurado, em 1727, em Londres. Não só naquele país, mas em outros países da Europa e em suas colônias, os equinos eram animais de muita importância no transporte de pessoas e mercadorias, no trabalho em agricultura (ajudando no preparo da terra para o plantio), mas também tinham importância na guerra. Com o início das corridas de cavalos, que se tornaram do agrado principalmente das camadas sociais mais poderosas, houve a necessidade de se preservar a saúde dos animais de carreira e, por conseguinte, toda a espécie equina foi merecedora de maiores cuidados. Havia ainda a caça à raposa, esporte muito apreciado pelas elites sociais, dependendo do uso de cavalos e cães de boa saúde e bem treinados.

Quanto aos bovinos, nos séculos anteriores os animais eram todos abatidos no início do inverno, pois não havia alimentos para mantê-los na ausência de pastagens, devido à neve. Com o desenvolvimento da produção agrícola a partir dos anos 1700,

foi possível armazenar alimento para os animais (bovinos e ovinos principalmente) para alimentação durante o inverno. Durante a estação fria os animais ficavam, no entanto, em ambientes restritos, onde recebiam normalmente os alimentos, mas havia suscetibilidade de transmissão de doenças entre eles.

Os proprietários podiam observar as alterações com maior facilidade do que em épocas onde eram mantidos em pastagens, em outras estações do ano; tentaram entender as doenças que acometiam a si próprios e reconheciam que muitas daquelas doenças pareciam atacar também seus animais.

Na Europa, antes da criação das primeiras escolas de Medicina Veterinária, aqueles que exerciam a empírica medicina animal eram denominados de “albeytar” na Espanha, em homenagem a um importante “médico de animais” do país com aquele sobrenome, que no Brasil Colônia foi transformado em “alveitar” para designar os Veterinários práticos da cavalaria militar. Na Alemanha eram denominados “rossartz” e na Inglaterra “farriers”. Até o início dos anos 1700, alguns ferreiros, fazendeiros, tropeiros sem instrução, que se autodenominavam práticos, exerciam o que seria a profissão de Veterinário. Logo surgiram pessoas como John Hunter, um escocês que viveu entre 1728 e 1793, que era um novo tipo de veterinário, com interesse no tratamento de animais doentes, especialmente cavalos. Assim como Hunter, médicos, cirurgiões ou boticários emergiram, e por diversos motivos iniciaram a tratar animais. Hunter iniciou como assistente de seu irmão, que era médico anatomista e educador. Após 12 anos estagiando com o irmão, ele foi à guerra como cirurgião e também aprendeu a trabalhar como dentista. Publicou trabalhos sobre criação de animais e a ciência veterinária.

A Medicina Veterinária foi gradualmente organizada a partir de critérios científicos, começando a se desenvolver com o surgimento da primeira escola de Medicina Veterinária do mundo, em Lyon, França, criada pelo advogado francês Claude Bourgelat, que apreciava muito os cavalos. Este primeiro centro mundial de formação de Médicos Veterinários iniciou o seu funcionamento com 8 alunos, em fevereiro de 1762.

Em 1766, também na França, foi criada a segunda escola de veterinária do mundo, a Escola de Alfort, em Paris. A partir daí, com a compreensão crescente da relevância social e econômica da nova profissão, outras escolas foram fundadas em diversos países, a exemplo da Áustria, em Viena (1768), Itália, em Turim (1769), Dinamarca, em Copenhage (1773), Suécia, em Skara (1775), Alemanha, em Hannover (1778), Hungria, em Budapeste (1781), Inglaterra, em Londres, o Royal Veterinary College (1791), Espanha, em Madri (1792), alcançando, no final do século XVIII, dezenove escolas, das quais 17 em funcionamento.

Na época da criação da primeira Escola de Veterinária na França, a origem das doenças, tanto em pessoas quanto em animais, ainda estava baseada na teoria dos “miasmas”. Predominava o pensamento de que as doenças originavam-se de “nuvens do mal” em ambientes muito sujos. Somente em 1861, quando Pasteur fez a experiência com vasos sinuosos e provou que a contaminação da água provinha de microorganismos contidos na poeira, abandonou-se a crença nos miasmas. Portanto, os estudos sobre

doenças, tanto em pessoas quanto em animais, nas escolas fundadas antes da comprovação da teoria dos germes e das descobertas de Robert Koch e Louis Pasteur sobre bactérias causadoras de doenças, baseava-se muito na anatomia e dissecação de cadáveres humanos e animais, verificando-se alterações em órgãos. Os profissionais tinham também o auxílio de microscópio rudimentar, a partir do primeiro produzido por Antoine Van Leeuwenhoek no início do século XVIII, além de utilizarem os instrumentos e conhecimentos iniciais de biologia, física e química, da época.

## **MEDICINA VETERINÁRIA NO BRASIL**

Os conhecimentos dos europeus eram transmitidos pessoalmente aos práticos veterinários das colônias (na América, África e Ásia). No final do século XVIII chegaram à América algumas cópias de publicações inglesas, alemãs e francesas sobre Veterinária. A denominação de Veterinário (*Veterinarian*) foi utilizada a partir do século XIX. A primeira Escola de Veterinária nos Estados Unidos, em Iowa, foi fundada em 1879. No Brasil, as bibliotecas, imprensa e ensino superior somente foram desenvolvidos após a chegada da família real, em 1808. Inicialmente foram fundadas as Faculdades de Medicina em 1815, Direito, 1827 e Engenharia, 1874, todas no Rio de Janeiro.

Quanto ao ensino da Medicina Veterinária, seu interesse só foi despertado quando o Imperador D. Pedro II, ao viajar para a França em 1875, visitou a *École Vétérinaire D'Alfort*. Somente em 1910, já sob regime republicano, foi elaborado um documento assinado pelo Presidente Nilo Peçanha, que tornava obrigatório o ensino da Medicina Veterinária no país. Portanto, o ensino da Medicina Veterinária no Brasil completou 100 anos em 2010.

Nossas autoridades decretaram a criação das duas primeiras instituições de ensino de Medicina Veterinária no Brasil, sendo a primeira a Escola de Veterinária do Exército, no Rio de Janeiro, inaugurada em 17 de junho de 1914. Os primeiros professores foram Médicos Veterinários Militares franceses, selecionados do Instituto Pasteur de Paris. A segunda escola foi a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. A primeira turma de Veterinários brasileiros formou-se em 1917, na Escola Veterinária do Exército, ao todo, 6 alunos. Na segunda escola, formaram-se 4 alunos no mesmo ano de 1917.

O ensino foi dirigido, inicialmente, de maneira diferente nas duas escolas. A civil foi orientada à produção animal, principalmente dos bovinos. Os animais importados eram atacados pelos carrapatos transmissores da anaplasmose e babesiose, exigindo um exaustivo trabalho de premunicação. Mais tarde, houve uma grande orientação para a clínica de pequenos animais e a Saúde Pública Veterinária, com a campanha contra o mormo, doença que atacava os cavalos e os soldados. Os melhores alunos da Escola de Veterinária do Exército eram enviados para o Instituto Osvaldo Cruz, precursor da pós-graduação formal no Brasil, muitos dos quais se tornaram posteriormente cientistas. Foi fundada em 03 de novembro de 1912 a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Olinda e no dia 1 de julho de 1914, iniciaram oficialmente os cursos de Agronomia

e Medicina Veterinária. A primeira turma de alunos regulares da escola colou grau em novembro de 1917 com quatro alunos. Desde o início de suas atividades até o ano de 1925, foram diplomados 24 Médicos Veterinários. Em 29 de janeiro, após 13 anos de funcionamento, a escola foi fechada. Portanto, as primeiras turmas de médicos veterinários brasileiros foram formadas no ano de 1917, na Escola Veterinária do Exército (seis veterinários), na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (quatro veterinários), atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; e na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento, Olinda, PE (quatro veterinários).

A quarta escola de Medicina Veterinária a ser criada no Brasil (primeira escola de Medicina Veterinária do estado de Minas Gerais) foi a Escola Superior de Agronomia e Veterinária (ESAV), em Viçosa, inaugurada em agosto de 1926. Seu curso de Medicina Veterinária foi desmembrado e transferido para Belo Horizonte em 1942, dando origem à Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A ESAV foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) e em 1969 foi transformada na atual Universidade Federal de Viçosa (UFV). Em outros Estados do país foram gradualmente sendo inaugurados novos cursos de Medicina Veterinária. Segue a história de alguns cursos.

No Rio Grande do Sul foi criado o Instituto de Agronomia e Veterinária e dele derivam os cursos atuais de Agronomia e de Medicina Veterinária. Foram contratados por cinco anos, no exterior, um agrônomo, um veterinário e um enólogo. Em 1917, o Instituto passou a se chamar “Instituto Borges de Medeiros”. O Instituto apoiava a produção animal e a agricultura com diagnóstico de doenças infecciosas, preparo de soro e vacinas, orientando os criadores e estudando ectoparasitas, fitopatologia, fermentos utilizáveis nas indústrias de laticínio e na fabricação de vinhos, melhoramento do solo, bem como auxiliando na identificação de insetos nocivos à agricultura e seu combate. Em 1923, as atividades do Curso de Veterinária tiveram início, no Instituto Borges de Medeiros. Na primeira turma, formada em 1926, estava o Veterinário Desidério Torquato Finamor, que viria a se tornar conhecido pelos seus méritos profissionais. As ações estaduais na área da sanidade animal iniciaram em 1929, com a criação da Seção de Indústria Animal, pertencente à Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio. Alguns anos após, Desidério Finamor foi encarregado de organizar e dirigir a defesa sanitária animal dos rebanhos sul-rio-grandenses.

A Universidade de Porto Alegre foi criada em 1934 e a ela se integraram os cursos do Instituto Borges de Medeiros, com o nome de Escola de Agronomia e Veterinária. O Instituto de Pesquisas Veterinárias, vinculado à Diretoria da Produção Animal, foi fundado em 1946 com cinco laboratórios: Microbiologia, Anatomia Patológica, Parasitologia, Biologia Aplicada e Febre Aftosa. Foi denominado Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor (IPVDF), após a morte do ilustre Veterinário, homenageando-o. O IPVDF foi o primeiro Instituto de Pesquisa dedicado exclusivamente à Veterinária no Brasil.

Posteriormente, os Cursos Superiores de Santa Maria e de Pelotas foram anexados à Universidade, que passou a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). Os Cursos de Agronomia e Veterinária estavam englobados na Faculdade de Agronomia e Veterinária. No início da década de 1970 ocorreram novas modificações, com desmembramento, surgindo a Faculdade de Medicina Veterinária e a Faculdade de Agronomia; a Universidade passou a denominar-se Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Em dezembro de 1917 foi criado em São Paulo um Instituto de Veterinária, subordinado à Secretaria de Agricultura de São Paulo e funcionando no Instituto Butantã. O objetivo do novo Instituto era estudar problemas relacionados com a pecuária paulista, doenças de animais domésticos e deveria tratar, ainda, do combate às pragas das lavouras. Em dezembro de 1919, uma Lei Estadual dava autonomia ao Instituto de Veterinária e permitia a criação de um curso para a formação de Médicos Veterinários. O Curso de Medicina Veterinária foi, então, inaugurado em abril de 1920.

Em dezembro de 1928 o Instituto de Veterinária passou ao status de Escola de Medicina Veterinária. A Escola foi extinta, sendo criada a Faculdade de Medicina Veterinária, incorporada à Universidade de São Paulo, em 1935.

Em 1931 foi fundada a Escola Superior de Veterinária do Paraná. A primeira turma de Médicos Veterinários graduou-se em 1934. Em janeiro de 1941, o Governo do Estado do Paraná criou o Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química, que passou a ter estrutura administrativa semelhante à de uma Universidade, havendo um Reitor e Diretores de cada um dos Cursos. Seguiu-se a fusão das Escolas Agrônômica do Paraná e Superior de Veterinária do Paraná, sendo criada a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná. Somente em dezembro de 1961, com a denominação de Escola de Agronomia e Veterinária, foi incorporada à Universidade do Paraná. No princípio da década de 1970, os cursos se tornaram independentes e foram criadas a Faculdade de Medicina Veterinária e a Faculdade de Agronomia, ambas pertencentes à Universidade Federal do Paraná.

Em março de 1936 foi criada a Escola Fluminense de Medicina Veterinária, no Rio de Janeiro, que também começou como escola estadual. O Curso de Veterinária funcionou no Horto Botânico de Niterói, foi transferido para um local central e em 1939 ocupou uma sede própria, em área doada pelo Dr. Vital Brasil. A Escola Fluminense de Veterinária foi estadual, depois passou ao Ministério da Agricultura e, em dezembro de 1960, foi incorporada à recém-criada Universidade Federal Fluminense, sendo chamada de Faculdade de Veterinária.

A Universidade Rural de Pernambuco foi criada em junho de 1947. Tornou-se Escola Superior de Veterinária. As atividades didáticas foram iniciadas em 1949. Em outubro de 1956, a Universidade Rural de Pernambuco foi federalizada.

Em outubro de 1951, foi criada a Escola de Veterinária da Bahia, vinculada à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado da Bahia. Em fevereiro de 1967, foi incorporada à Universidade. Mais tarde, a Escola foi transferida para o Campus da Federação, em Salvador.

As escolas acima descritas foram as primeiras de uma série, desde então sendo criadas Universidades e Cursos de Medicina Veterinária abrangendo hoje todos os estados do país.

A Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária foi fundada em 9 de junho de 1920, no Rio de Janeiro. Como uma das festividades dos 100 anos da independência do Brasil, em 1922, foi realizado o primeiro Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária. Por um decreto do presidente na época, Getúlio Vargas, em 1933, foi estabelecida a regulação da profissão da Medicina Veterinária no país. A data importante da publicação do decreto, nove de setembro, foi escolhida para a comemoração do dia do Médico Veterinário no Brasil. O decreto definia as atividades e a responsabilidade para organização pela própria classe veterinária, do ensino, defesa sanitária animal, inspeção de produtos de origem animal nos estabelecimentos industriais, regulamentação e controle de hospitais e clínicas veterinárias, organização de congressos e outras atividades. A partir de 1940, tornou-se obrigatório o registro do diploma pelo Ministério da Agricultura (órgão fiscalizador do exercício profissional). A partir de 23 de outubro de 1968 entrou em vigor a lei que criou o Conselho Federal de Medicina Veterinária, o qual a partir de então passou a se responsabilizar pela fiscalização do exercício profissional, com os diversos Conselhos Regionais, estes representando a nível estadual. O Conselho Federal decidiu fundar a Academia Brasileira de Medicina Veterinária por uma resolução em 9 de setembro de 1983.

A Academia não tem fins lucrativos, sendo de natureza cultural técnica científica. Seu primeiro presidente e um dos fundadores foi Jadyr Vogel. Desde então foram criadas Academias de Medicina Veterinária em vários estados: Ceará, Paraná, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Alagoas, São Paulo, Piauí e Minas Gerais.

## **SITUAÇÃO ATUAL DA MEDICINA VETERINÁRIA NO BRASIL**

Atualmente (ano 2019, século XXI) se encontram registrados no Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) em torno de 300 cursos de Medicina Veterinária, sendo menos de um terço de universidades públicas (federais ou estaduais) e mais de 200 do ensino privado. Um número jamais imaginado quando 108 anos atrás foi fundado o primeiro Curso de Veterinária do país, em 1910. A Medicina Veterinária está entre os cursos de maior procura entre vestibulandos das Universidades públicas. Progressivamente a profissão vem ganhando importância, diversificando as áreas de atuação, proporcionando a formação de especialistas e pós-graduados com mestrado e doutorado, abrangendo desde a clínica de animais de companhia (cães e gatos) e de animais de produção, mas também com atuação em saúde pública (inspeção de produtos de origem animal), produção de imunobiológicos (vacinas e antígenos), trabalho em laboratórios de diagnóstico (bacteriologia, virologia, parasitologia, histopatologia, análises clínicas, biologia molecular), havendo especializações em produção de animais e prevenção de doenças das principais espécies domésticas (bovinos, suínos, equinos, ovinos e aves) e também animais silvestres. A exemplo da Medicina, em que os médicos dedicam-se a

determinadas especializações, a Medicina Veterinária do século XXI também apresenta profissionais trabalhando, por exemplo, com diagnóstico por imagem, odontologia animal, cardiologia, dermatologia, entre outras áreas que pouco tempo atrás eram englobadas na clínica geral, pois não havia pós-graduação específica.

O leque de possibilidades de trabalho aumentou muito para médicos veterinários, com as diferentes especialidades, desempenhadas em serviços públicos ou privados. Os animais de companhia, como cães e gatos, gradualmente têm despertado a atenção dos brasileiros, havendo mais interesse na criação dos animais, procurando-se proporcionar a eles bem-estar adequado, incrementando a produção e utilização de rações e diversos artigos de uso específico, aumentando consideravelmente o número de casas de *pet shop* (com venda de medicamentos, utensílios e realizando banho e tosa, contando também com atendimento veterinário). Proliferaram também as clínicas para pequenos animais, multiplicando-se pelas numerosas cidades dos estados brasileiros.

A fiscalização nas diversas etapas de abate de animais para consumo tem sido exercida com muita intensidade. A exportação de carne de bovinos, suínos e aves exige fiscalização pelos Médicos Veterinários dos serviços de inspeção federal e estadual, controlando o abate e a produção de alimentos, seguindo normas internacionais. Não somente por exigência de países importadores, mas principalmente com vistas à saúde pública, a inspeção de estabelecimentos que atuam no abate e processamento de produtos cárneos e leite (frigoríficos, laticínios), bem como o controle da qualidade dos produtos para consumo no país, à venda nos mercados, são funções importantes dos Médicos Veterinários.

O ensino da Medicina Veterinária evoluiu consideravelmente durante o período decorrido desde o início do século XX até atualmente, no século XXI. Foram introduzidas importantes disciplinas no currículo dos cursos, tornando o aprendizado mais abrangente. Há seleção de professores, exigindo-se no mínimo que estes sejam mestres ou doutores, sendo preferencialmente responsáveis por aulas em suas especialidades. Dos Cursos de Medicina Veterinária é exigido que disponham de laboratórios e hospitais com aulas práticas na proporção adequada. A cada período de três anos é realizado o ENADE, teste para verificação dos conhecimentos dos alunos em fase final do currículo do curso, bem como periodicamente são avaliadas as Instituições de Ensino pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura). A exemplo do que ocorre nos cursos de Medicina, também na Medicina Veterinária é proporcionado período de Residência em diversas áreas de especialização para os alunos que concluem o curso, permitindo grande possibilidade de reforço na realização de prática em clínica, cirurgia, diagnóstico laboratorial, principalmente na rotina de hospitais veterinários.

No entanto, constata-se que um século após a fundação da primeira escola de Veterinária no Brasil, a qual formou apenas 6 veterinários no ano de 1917, o número de formandos a cada semestre atualmente merece reflexão. Considerando-se em torno de 300 cursos de Medicina Veterinária registrados no CFMV no Brasil, quando todos os cursos já tiverem formado a primeira turma, estimando-se a média razoável de 20 formandos por semestre em cada curso, teríamos 12 mil profissionais a demandar colocação no

mercado de trabalho a cada ano. Torna-se necessário, em vista da realidade, uma análise aprofundada sobre como estão sendo inseridos os novos Médicos Veterinários nas áreas de atuação disponíveis. Isto requer um estudo aprofundado, obtendo-se informação de um período estatisticamente definido para analisar vários aspectos, desde a graduação do profissional, áreas de atuação onde a demanda é maior, adaptação às atividades, tempo de espera até a obtenção de uma atividade condizente com o nível profissional, remuneração média alcançada, nível de satisfação pessoal.

Aqui é sugerida a realização de uma pesquisa de grande amplitude, envolvendo o Conselho Federal de Medicina Veterinária e os Conselhos Regionais, Academias de Medicina Veterinária, órgãos públicos e empresas privadas da área veterinária, bem como as Universidades, tendo como objetivo principal a análise da importância e da influência que poderia existir em vista do crescimento ao nível atual do número de profissionais formados a cada ano, visando que sejam devidamente inseridos e contribuam para o progresso de nosso país e assegurando aos Médicos Veterinários satisfação no desenvolvimento de seu importante trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. P. A epidemia de cólera de 1853-1856 na imprensa portuguesa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.18, n.4, p.1057-1071, 2011.
- BIRGEL, E. H.; DEVELEY, A. Médico Veterinário: uma profissão moderna e abrangente. APAMVET – *Academia Paulista de Medicina Veterinária*. Disponível em: <[www.apamvet.com/boletim02](http://www.apamvet.com/boletim02)>. Acesso em 18 jan. 2018.
- CONY, H. C. *Contribuição à História da Veterinária Gaúcha*. Academia Rio-Grandense de Medicina Veterinária, *Anais* c.2, p.67-73, 2012.
- CRUZ, E. *Antologia da Língua Portuguesa*. 5.ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.
- GERMINIANI, C. L. B. A história da Medicina Veterinária no Brasil. *Arch. Vet. Science*, v.3, n.1, p.1-8, 1998.
- HATSCHBACH, P. I. Historiografia da Medicina Veterinária no Brasil. *Revista Brasileira de Medicina Veterinária*, v.33, n.3, 2011.
- HATSCHBACH, P. I. Origem e evolução da Faculdade de Veterinária da UFRGS. *A Hora Veterinária*, v.6, n.36, p.25, 1986.
- HATSCHBACH, P. I. Origem e desenvolvimento do Ensino de Medicina Veterinária no Brasil. *A Hora Veterinária*. Porto Alegre, RS, v.11, n.62, p.41-46, 1991.
- HATSCHBACH, P. I. Síntese da História da Medicina Veterinária. *Portal CFMV*. Disponível em: <[www.cfmv.gov.br](http://www.cfmv.gov.br)>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- VALE, V. A. *Pintura brasileira do século XIX* – Museu Mariano Procópio. Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Belas Artes, 1995. (Dissertação de Mestrado).